



DESAFIOS E ENTRAVES DO NOVO ENSINO MÉDIO NA BAHIA: OS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Inês Silva Gonçalves dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Endereço eletrônico: inessgoncalves@yahoo.com.br

Edinaldo Medeiros Carmo
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Endereço eletrônico: medeirosed@uesb.edu.br

985

INTRODUÇÃO

Os problemas enfrentados na educação no Brasil, principalmente no Ensino Médio, vão muito além do currículo oferecido nas escolas. A estrutura escolar, a formação de professores e o atendimento às demandas das *juventudes* (termo utilizado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC) se tornam parte integrante desse processo que requer não somente investimentos financeiros, apoio técnico-pedagógico dos órgãos governamentais, mas também uma reflexão sobre as reais dificuldades que fazem com que os jovens apresentem rendimentos insatisfatórios, problemas de evasão, necessidades socioeconômicas, dentre tantas outras mazelas que afetam esse nível de ensino.

Apesar da LDBEN nº 9394/96, preconizar em seu artigo 35, inciso III “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996) como uma das finalidades desse nível de ensino, o que percebemos é a priorização de uma formação superficial, tecnicista em que o estudante possa de adaptar às exigências do mercado, distanciando cada vez mais de uma formação integral do educando.

O Novo Ensino Médio que entre outras mudanças, altera a LDBEN nº 9394/96 no que tange à organização curricular, incorpora os itinerários formativos com possibilidades de aprofundamento nas áreas do conhecimento e também de preparação para o mercado de trabalho, tem sido alvo de críticas por parte de alguns pesquisadores, dentre elas, a de que essa Reforma pode retomar o caráter dual do Ensino Médio. Santos e Oliveira (2017, p.184) asseveram:

Interpretamos essa reforma como parte de pauta conservadora que circunda a sociedade brasileira retomando a constituição de uma escola dualizada, centrada basicamente na formação de mão de obra para atender ao mundo produtivo, por um lado, e pretendendo formar



uma porção menor, possivelmente de setores da elite, para continuação dos estudos em nível superior.

Essa análise nos permite refletir sobre as diferentes condições de oferta do currículo entre as redes particular e pública de Ensino, por exemplo. Provavelmente, as escolas privadas não oferecerão, nos seus itinerários, a formação profissional, pois, buscarão aprofundar a formação propedêutica, visando maior aprovação nos processos seletivos. Dessa forma, concordamos com Santos e Oliveira (2017), quando afirmam que o dualismo seria retomado com essa reforma.

A Reforma do Ensino Médio propõe a oferta, por parte das escolas, de percursos formativos diferenciados de modo a atender o projeto de vida dos alunos. Dessa forma, esta pesquisa trouxe as seguintes questões norteadoras: que fundamentos embasam a proposta do Ensino Médio na atual Reforma? Quais influências internas e externas contribuíram para a instituição Lei 13.415?

O interesse por essa pesquisa emergiu principalmente das minhas inquietações diante das alterações propostas pela Reforma, sobretudo em relação ao oferecimento de um currículo flexível que favoreça o desenvolvimento do Projeto de Vida dos estudantes o que despertou o interesse de compreender os fundamentos do Novo Ensino Médio.

A pesquisa se fundamenta nos estudos de Lopes (2019), Lopes e Macedo (2011), Ferretti (2018), Ferretti e Silva (2017), Silva (, 2015, 2016, 2018), Mainardes (2006) dentre outros autores e na abordagem de ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores (1992, 1994), especialmente no que se refere ao contexto de influência e produção de texto.

METODOLOGIA

O objetivo central da pesquisa foi compreender os fundamentos que embasam a proposta curricular, presente nos documentos normativos da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei n.º 13.415/2017, cujo aporte teórico-metodológico se sustenta na abordagem ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores. Para tanto, buscou analisar os contextos de influência e de produção de texto da Reforma do Ensino Médio, especialmente da Lei n.º 13.415/2017, bem como identificar os principais entraves e/ou possibilidades que possam dificultar ou favorecer a implantação do Novo Ensino Médio no âmbito estadual e da Instituição Escolar.



A natureza desse estudo está fundamentada na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa documental. Nesse aspecto, tomamos como fonte dos dados os dispositivos legais que implantaram a Reforma, com destaque para a Lei n.º 13.415/2017, resoluções, portarias, Guias de Implementação e Documentos Orientadores, o Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB), a Proposta de Flexibilização Curricular (PFC) da escola selecionada para a pesquisa e produções científicas sobre os processos de elaboração da Reforma, para subsidiar as análises, com base no ciclo de políticas.

987

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Desde os anos 1990, especialmente a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso, posteriormente, no de Luiz Inácio Lula da Silva, até os dias atuais, as reformas educacionais têm sido permeadas por orientações do Banco Mundial e de agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas pela Educação Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (AMESTOY, 2019; LIBÂNEO, 2016; CAETANO, 2018).

Ao considerarmos o contexto de influência da abordagem do ciclo de políticas de Ball, é possível afirmar que forças engendradas que antecederam a elaboração dessa política curricular, voltadas aos acordos internacionais, aos interesses de mercado e às avaliações em larga escala tiveram maior peso na determinação de mudanças estruturais para atender as novas finalidades educacionais centradas, principalmente, na flexibilidade e no projeto de vida dos estudantes.

Destacamos, ainda, com base em Ball (2001), que o processo da globalização influenciou a convergência de políticas nos diversos setores da sociedade, especialmente na educação, com destaque para o Banco Mundial, financiadora de tais políticas, a OCDE e a UNESCO, aliados aos interesses privados, ligados ao terceiro setor, como Fundação Lemman, Instituto Itaú, Instituto Unibanco, Instituto Reúna, dentre tantos outros, que impulsionaram a proposição de alterações curriculares do Ensino Médio no Brasil.

Cumpramos destacar que, embora a Reforma ainda comece a ser implantada em todo o território nacional somente a partir de 2022, percebemos, nos documentos normativos, que no estado da Bahia, mesmo com as limitações impostas pela legislação nacional, o Novo Ensino Médio começa a tomar novos contornos, ao enfatizar a importância do

Realização:



Apoio:





acesso ao conhecimento historicamente acumulado dos estudantes baianos como premissa da contra hegemonia.

Com isso, busca valorizar, inclusive, outros saberes, ou como bem coloca o Documento Orientador, o currículo não prescrito e os múltiplos pertencimentos dos nossos estudantes. Nesse sentido, o Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB) orienta para a valorização dos territórios de identidade como fundamento para a elaboração dos currículos em nível local, o que contribui na construção e nas escolhas de disciplinas eletivas.

Por meio da análise da PFC da Unidade Escolar consideramos que a cultura da escola, as condições humanas e materiais, além das interpretações dos profissionais que atuam no processo educativo ressignificarão o Novo Ensino Médio. Destarte, percebemos que não há um entendimento claro dessa política curricular. São várias ações de flexibilização propostas em forma de projetos e disciplinas eletivas, mas não verificamos como se darão a integração curricular e a oferta dos itinerários formativos, pontos fundamentais na Reforma.

CONCLUSÕES

As atuais políticas educacionais são produtos de agendas e agências presentes nas diversas arenas onde as políticas são elaboradas e reelaboradas. Desse modo, foi possível perceber que os discursos que foram corporificados na Reforma do Ensino Médio, apesar das críticas e dos embates de Movimentos e Instituições que se mostraram contrárias, como o Movimento em Defesa do Ensino Médio, ANPED, ABdC, dentre outros, estão em consonância com uma agenda global voltada para a competitividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Projeto de Vida. Reforma do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, M. **A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar:** um estudo no município de Santa Maria/RS. Tese (Doutorado em Educação e Ciências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019

BAHIA, Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia – Ensino Médio.** Textos introdutórios. Disponível em:



<http://dcrb.educacao.ba.gov.br/dcrb-consulta-publica-ensino-medio-regular/> Acesso em:
18 ago 2021a.

BAHIA, Secretaria da Educação do Estado: **Documento Orientador da Rede Pública de Ensino**. Salvador, 2020.

BALL, S. J. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**.

Curriculo sem fronteiras, v. 1, n.2, p.99-116, jul/dez, 2001. Disponível em:

<https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/ano/exo/ball.pdf>. Acesso em: 30 jun de 202.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 fevereiro de 2017**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Lei/L13415.htm Acesso em: 29 set. 2019.

CAETANO, M. R. As reformas educacionais, o novo ensino médio e a gestão para resultados – ofensiva empresarial? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p.204-220, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5811> Acesso: 20 abr. 2020.

FERRETTI C. J.; SILVA, M. R. Reforma da Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, p. 385-404, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00385.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**. v. 46. n. 149. p. 38-62. jan./Mar. 2016.

LOPES A. C.; MACEDO, E. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. *In*: BALL, S.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011b.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr., 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 set. 2020

SANTOS, J. M. C. T; OLIVEIRA, M. B. Tensões permanentes na reforma do ensino médio. *In*: LOPES, A.C.; OLIVEIRA, M. B. (Org.). **Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba, CRV, 2017.

SILVA, Mônica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 34 p. 01-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf> Acesso em: 20 set. 2020.